



GRUPO OCCIDENTAL DO PEDESTAL DA ESTATUA EQUESTRE.

SENDO nossa intenção dar uma noticia um pouco circumstanciada do mais excellent e notavel monumento, que [se exceptuarmos os templos] aformosea a nossa capital; forçoso era lançar mão do auxilio da gravura para melhor patentear a grandeza da obra. Este monumento, levantado á memoria d'elrei D. José 1.^o, é digno da admiração dos estrangeiros e estimação dos nacionaes, não só pela colossal estatua equestre, de bronze e fundida d'um só jacto ou inteiriça, como pelos primores da estatuaria que adornam o magestoso pedestal. A estampa, que acima damos, mostra o grupo collocado do lado do occidente da praça: a figura de mancebo que empunha n'uma das mãos a palma, e com a outra dirige o cavallo é a allegoria do triumpho, que suplanta os inimigos, e ganha os tropheus da guerra. Em alguns dos N.^{os} seguintes iremos estampando as gravuras do grupo do lado opposto, e do formoso baixo-relevo do norte, continuando nos respectivos artigos a materia que encetamos agora.

Teve a parte principal no desempenho de toda esta obra magnifica o nosso famoso escultor, Joaquim Machado de Castro, que nasceu em Coimbra pelos annos 1732, e falleceu nonagenario a 3 de Dezembro de 1822: homem dotado de bastante erudição, e mestre perfeito na theoria e pratica das Bellas-artes. Mas se todos o conhecem por inventor do baixo relevo do pedestal da estatua de D. José 1.^o, e por a mais esculptura adjacente á mesma, muitos ignorarão talvez que foi elle quem tambem fez o modelo para a estatua. Contaremos brevemente como tudo se passou.

Tom. IV. Maio 9 — 1840.

Quando se começou a reedificação de Lisboa, depois da funestissima catastrophe de 1755, houve logo a lembrança de levantar um monumento no centro da Praça do Commercio, construida no lugar do antigo Terreiro do Paço, assim denominado porque para elle deitavam os Paços reaes, que eram no sitio que hoje occupam o Arsenal da Marinha e outras repartições. Eugenio dos Santos de Carvalho, capitão engenheiro, tinha sido o architecto tanto da reparação da cidade, como dos edificios que hoje cercam a Praça do Commercio, e por sua morte deixou uns desenhos da obra que devia servir de ornamento á praça, mas no seu risco ficava núa e sem ornato algum a parte convexa posterior do pedestal, onde veinos agora o baixo-relevo. Quando se quiz dar principio ao trabalho do monumento, foi logo incumbido de appresentar o modelo segundo aquelles desenhos um artista natural de Malta, que estudára na Italia: e o architecto Raynaldo Manuel dos Santos, que succedêra no cargo ao capitão Eugenio, mandou convidar para o mesmo fim a Joaquim Machado, que então se empregava na eschola de esculptura na basilica de Mafra. Fez este um pequeno modelo em cêra pelas copias dos mesmos desenhos que lhe ministraram, e em concorrência com o maltez o appresentou a Sua Magestade, por ordem expressa que recebeu. O modelo de Machado obteve a Real preferencia; e nesta occasião houve uma occorência, que referiremos, não só porque é honrosa para o nosso artista, como tambem porque serve para mostrar o como muitas vezes o orgulho se engana tendo em conta de ignorantes as pessoas desconhecidas. Suc-

cedeu que antes de chegar elrei D. José a ver os modelos dos dois contendores, estando sobre as mezas em uma sala os trabalhos d'ambos, alguns fidalgos, que passavam, demoravam-se a considerar mais attentamente a obra de Joaquim de Machado que a do outro; o maltez que o percebeu disse para alguns em italiano, julgando que o esculptor portuguez o não entendia: — *o costume dos grandes homens é reservar todos os seus cuidados para a execução da obra; por isso eu me não cansei em acabar muito o meu modelo: a isto replicou logo Machado igualmente em italiano: tambem o meu ainda não está acabado.*

Com a regia approvação recebeu o professor portuguez ordens restrictas para com todo o empenho, promptidão, e brevidade possiveis encetar a tarefa e proseguir-la até seu complemento, facilitando-se-lhe os meios e recursos, e concedendo-se-lhe o escolher os operarios e arbitrar-lhes salarios, com recommendação de que *zelasse a fazenda real, mas nunca em prejuizo dos pobres; porque S. Magestade não necessitava das migalhas dos miseraveis.*

Ainda assim não deixaram a Joaquim Machado a liberdade de inventar as allegorias dos grupos lateraes, nem de alterar os accessorios da estatua equestre: só lhe emendou defeitos de desenho e de attitudão; e apenas o baixo-relevo é puramente concepção sua, suscitando o architecto Raynaldo, em meio das pressas com que instavam caprichos e desejos, a lembrança de não deixar defeituosa a composição, ficando despida d'ornatos a parte do pedestal fronteira a uma das mais espaçosas e regulares ruas da Europa. Acerca desta restricção diz o mesmo professor a pag. 24 da sua *Descripção Analytica*: — « Não ha monumento algum destes que se não confiasse inteiramente ao esculptor eleito para a sua execução, ainda os mesmos pedestaes: porem nem eu podia dizer isto, nem deixar de seguir a olhos fechados as ordens que se me davam. . . » E o mesmo testifica Antonio Stoppani, ajudante que então era da Casa do Risco das obras publicas, que na certidão que passou aos 8 de Março de 1782, entre outras cousas diz o seguinte: — « e tambem sei e affirmo, que sendo o dito Estatuario (*Machado*) capaz de melhorar a invenção e mais qualidades destes desenhos, e querendo assim faze-lo, se lhe não consentiu. . . »

Tratou logo o esculptor de fazer em barro um segundo modelo de 4 palmos, porque o primeiro tinha palmo e mejo; e recebeu ordem de se entender com o tenente coronel, Bartholomeu da Costa, para que se fizesse o molde do tamanho total na fundição de artilheria, a que o sobredito official presidia, como encarregado do Arsenal Militar. Dirigiu Machado o laboratorio em que se devia fazer aquelle colosso de estuque [como elle lhe chama], e depois que Suas Magestades o viram e applaudiram, tomou o tenente coronel Costa a obra a seu cargo pelo que respeitava á fundição. O modelo, ou as fórmãs, se conservam naquella repartição, parte integrante do Arsenal do Exercito: bem como o aparelho que levantou do fosso a immensa mole de bronze depois de fundida e resfriada.

Pelo modelo grande se tiraram as fórmãs, e no capitulo 9.^o da já citada *Descripção Analytica* póde ver-se o quanto contribuiu com seus inventos e pericia o habil engenheiro Costa para a bem lograda fundição, que lhe fôra commettida, e que sahio felicissima em recompensa das acertadas providencias que a esse effeito dispoz. Com espantosa assiduidade se executou esta obra grandiosa: e em 15 de Outubro de 1774 viu Portugal pela primeira vez fundir-se uma estatua colossal de um só jacto. Depois de fundida foi a estatua ciselada e retocada sob a ins-

pecção do estatuario, e neste apuro trabalharam 33 artistas do Arsenal do Exercito. A ciseladura e retoques se fizeram estando ainda a figura no fosso aonde tinha sido fundida, e ahi a viram as pessoas reaes, já de todo acabada, em 15 de Maio de 1775. Não vem fóra de proposito declarar neste logar o peso do colosso: para o fundir se deitaram ao forno 656 $\frac{1}{2}$ quintaes de bronze, e tirados os gitos (*) e todos os sobejos, pesados estes se viu terem ficado na estatua 500 quintaes de metal. Pesava 100 quintaes o esqueleto ou armação de ferro que ficou pela parte de dentro, e que foi habilmente construida pelo engenheiro Bartholomeu da Costa, que para esse fim imaginou um instrumento dimensorio para tomar as medidas competentes antes de se forjarem as peças da sobredita armação. Vê-se portanto, que entre ferro e bronze, a estatua equestre tem de peso 600 quintaes.

A conducção de tamanha mole foi encarregada ao architecto das obras publicas, Raynaldo Manuel dos Santos, tendo-se feito o carro para transporta-la na Casa do Risco das mesmas obras. No local destinado para a collocação, o sota-patrão-mor da Ribeira das Naus, João dos Santos, foi quem dirigiu o aparelho e manobra para a elevar e assentar no plano superior do pedestal sobre que descança, e que para esse effeito estava completamente preparado.

(Continuar-se-ha).

NOTICIAS ESTATISTICAS DAS COLONIAS FRANCEZAS, (*Notices statistiques, &c.*) 3.^a Parte, contendo os estabelecimentos francezes na India, Senegal e suas dependencias. Impresso por ordem de Mr. o almirante barão Duperré. Paris 1839 (::).

A COLONIA franceza de Pondichery nas Indias orientaes e a do Senegal na Africa occidental, quando muito, mereceriam que a descripção da sua estatística occupasse um livrinho em 18.^o A primeira situada na parte mais populosa da India apenas tem 187.000 habitantes. A segunda, apesar do seu principio ser de data antiga, e de ter sido sempre um objecto de predilecção nacional, só conta 18.000 habitantes, dos quaes são 140 europeus e dois terços escravos. Não é do nosso intento tratar da historia da colonisação franceza, nem indagar as causas do seu pequeno progresso; mas só mostrar como a obra acima mencionada transtorna a historia, e confunde direitos para ceder ás inspirações da vaidade nacional.

Era de esperar que uma obra publicada sob os auspicios, ou por direcção de um governo civilizado, tivesse, ao menos, o merecimento de uma perfeita authenticidade, e que nada se asseverasse nella, cujas provas se não achassem nos archivos das repartições donde emanava. A missão dos governos não é escrever livros sobre historia ou estatística, e por isso quando se dão ao officio de auctores cumpre-lhes justificar similhante proceder, appresentando ao mundo documentos historicos de importancia, ou originaes dignos de inteiro credito. Entretanto parece-nos que a relação historica das colonias francezas do Senegal &c., por Mr. Saint-Hilaire, contem grande porção de tradições vans, ou antes de ficções interesseiras, que se não podem tolerar em uma obra

(*) *Gitos* são uns *ductos* ou canaes, em certa quantidade, pegados á figura; uns dos quaes servem para entrar na fórmula o metal derretido, ao mesmo tempo que por outros vai saindo o ar.

(::) Este artigo extrahido do periodico litterario inglez, o *Atheneum*, nos foi communicado por um nosso assignante.

publicada sob os auspícios de tão alta auctoridade. Ella começa do modo seguinte :

«As primeiras expedições das nações modernas da-
«tam do meio do seculo 14.^o, e foram emprehendi-
«das por francezes naturaes de Dieppe, e não, co-
«mo desde longo tempo se suppõe, pelos portugue-
«zes e hespanhoes. Em 1365 alguns negociantes de
«Rouen associando-se com marinheiros de Dieppe co-
«meçaram de fazer alguns estabelecimentos commer-
«ciaes e feitorias na costa occidental da Africa, des-
«de a embocadura do Senegal até a extremidade do
«golpho de Guiné. Foi então que progressivamente
«tiveram principio os estabelecimentos do Senegal,
«Gambia, Serra Leoa e costa do Grão [que se cha-
«marão *petite Dieppe* e *petite Paris*]: tambem então
«se construíram os fortes francezes da Mina na cos-
«ta de Guiné, e de Acara e Cormentin.»

Em appoio de uma tal asserção, feita com tanta certeza e tão affectadamente circumstanciada ácerca dos estabelecimentos francezes da Africa no seculo 14.^o, e tão contraria a todas as noções historicas, Mr. de Saint-Hilaire não se digna citar uma só auctoridade. Em quanto os portuguezes, instigados pelo espirito infatigavel do infante D. Henrique, inda não tinham podido dobrar o cabo Bojador, já os francezes tinham um commercio regular com a costa de Guiné! E quaes são os testemunhos em que Mr. Saint-Hilaire funda esta descoberta historica verdadeiramente extraordinaria! Nós responderemos visto elle callar-se. Nos testemunhos peores possiveis, e por um breve exame esperámos convencer o leitor de que as pertençaes que os francezes parece querem fundar sobre a sua primeira descoberta de Guiné não merecem um momento de seria reflexão.

Foi pelo meio do seculo 17.^o, quando a Companhia franceza das Indias occidentaes, tinha comprado o commercio exclusivo da Africa, querendo, como era natural, excluir da costa de Guiné todas as mais nações, que um insignificante negociante chamado Villant, Sieur de Bellefonde foi o primeiro que publicou na relação da sua viagem áquellas costas [obra de pouco merecimento] a historia das primeiras expedições dos francezes a Guiné. Não citou porem documento ou auctoridade alguma, nem tão pouco diz donde tirou taes noticias; comtudo a sua vastidão, e o encadeamento dos seus promenores, dão a entender que as tirou, não de tradições vo-caes, mas sim de documentos escriptos [se é que elle mesmo não forjou essa historia] que provam terem os francezes não somente visitado, porem mantido um constante commercio na costa de Guiné, bem como que tinham alli tido varios estabelecimentos, até que as guerras que no seculo 15.^o houve entre a Inglaterra e França paralisaram por algum tempo a actividade commercial dos normandos. Esta tão bem circumstanciada parte da historia normanda é tanto mais notavel, quanto o é terem ficado desconhecidos até então feitos tão gloriosos, e até agora sem serem provados! Alguns annos depois Labat repetiu a historia de Villant, citando de mais a auctoridade de um manuscrito existente em mão particular, cujo nome callo, escusando-se de não citar documentos publicos por se terem estes perdido no incendio de Dieppe em 1594.

Eis-aqui todos os documentos que ha em favor dessas primeiras expedições a Guiné. Não apparece um só documento publico — apenas um manuscrito nas mãos de um particular, o qual se esconde á crítica, e que apparece quando companhias mercantis estão pagando grandes sommas para alcançar o commercio exclusivo de Guiné. Quem duvidará de que tal manuscrito foi forjado? Se nos archivos de

Dieppe houvesse algumas provas d'um tão antigo commercio com Guiné não se teria dellas feito menção nas chronicas daquella cidade publicadas antes do seu bombardeamento em 1594? Mr. Estansin, normando, que escreveu, haverá sete annos, um livro de indagações sobre a historia das empresas maritimas dos normandos, apezar de dar credito ás relações de Villant e Labat, confessa que não obstante ter indagado muita collecção de manuscritos particulares, em nenhum encontrára cousa alguma que as confirme. Entretanto julga que a sua veracidade será estribada no testemunho de historias estrangeiras! Brann, viajante intelligente, cujas viagens a Guiné e Congo se publicaram nas collecções de De Bry e Hussens, diz que em diferentes portos da Costa de Guiné os naturaes conservam a tradição que os francezes eram conhecidos antes dos portuguezes. Dappier tambem diz cousa semelhante. Isto porem não prova que os francezes lá foram no seculo 14.^o As tradições dos naturaes reunidas no curso do seculo 17.^o referiam-se ao principio do seculo 15.^o, quando a questão sobre a primeira occupação da costa se agitou com grande calor entre os francezes e portuguezes.

Consideremos agora os argumentos contra a descoberta de Guiné pelos francezes. Foi só em 1434 (*) que os navegantes, mandados pelo infante D. Henrique, poderam dobrar o cabo Bojador, e só doze annos depois é que chegaram a Cabo-Verde; e então os normandos fazendo um commercio activo naquellas partes tinham guardado o segredo quasi 80 annos! É isto possivel? É por ventura da natureza do commercio estar muito tempo occulto? Póde acreditar-se que viajantes que tinham cousas tão importantes para declarar e publicar, em um tempo em que os principes protegiam taes empresas, podessem ser desviados de entrarem no seu serviço? Em 1393 os hespanhoes, debaixo do commando d'um Rubins de Brasquemont, natural de Dieppe, fizeram um desembarque nas Canarias. Seu primo, João de Bittencourt, se estabeleceu depois nestas ilhas: e não é evidente que estes navegantes normandos, cujas façanhas maritimas depois foram tão elogiadas pelos escriptores francezes, nada sabiam das costas de Guiné, nem do *lucrativo* commercio que, segundo dizem os dois auctores, os seus compatriotas faziam alli havia tantos annos? E a sua ignorancia de semelhante commercio não é uma prova da sua não existencia?

Diz-se que o primeiro commercio dos francezes com Guiné terminára quando a descoberta daquella costa e sua exploração começára. Os commerciantes normandos tão apaixonados eram do segredo que preferiram fugir daquella costa a serem descobertos. O que é certo é que só vinte annos depois de ter cessado, como dizem, esse commercio, Cadamosto [em 1455] examinou toda a costa de Guiné e não achou o mais pequeno vestigio da *petite Dieppe*, *petite Paris*, ou de alguma outra das immensas feitorias francezas; nem os naturaes lhe deram noticia alguma por onde desconfiasse que elles tinham tido algum conhecimento dos europeus. Nos principios do seculo 15 os francezes fizeram grandes esforços para se apoderarem de uma boa parte do commercio da Africa occidental. Se a nossa memoria nos não engana, as suas tentativas para se apossarem da costa do Oiro se referem na chronica manuscrita de Bernalden, o cura de los palacios, e amigo de Colombo. As desavenças politicas que isso produziu causaram alguns acontecimentos de sufficiente importancia para terem um logar nada insignificante na historia; porem os officios dos embaixadores venezianos [uma obra his-

(*) Aliás em 1412. — Nota do traductor.

torica de grande merecimento, que se está publicando, e de que já sahio o 1.º volume] se diz que o commercio de Guiné é a causa de continuas disputas entre as cortes de Portugal e de França, queixando-se a primeira das continuas infracções dos seus direitos exclusivos. Iguaes representações se fizeram por varias vezes á côrte de Inglaterra, com especialidade no reinado de Isabel, apoiando sempre os portuguezes o seu direito ao commercio da Africa no facto de serem os primeiros que a descobriram. Ora na verdade é notavel que em todas estas discussões nem os francezes nem os inglezes jámais se lembraram de negar um titulo que tão pouca vontade tinham de reconhecer, ou de allegar a anterior descoberta dos normandos no seculo 14.º, da qual tanto uns como outros podiam deduzir igual direito. O que é verdade é que tal descoberta anterior ninguem sonhou até 1569 quando algum velhaco especulador a fez circular por meio de Villant.

Do que fica dito é evidente que as antigas expedições dos normandos á Africa occidental são meras

ficções contrarias ao testemunho universal da historia, e que até nem mesmo tem verosimilhança; comtudo no livro de Mr. Saint-Hilaire estas expedições são dadas como certas, por causa dos presumidos direitos fundados sobre ellas; e entre o numero das colonias francezas na Africa occidental achâmos *grande Paris*, *petite Paris*; *grande Dieppe*, *petite Dieppe*, situadas na costa entre o cabo Tagrin e o cabo das Tres-pontas, assim como os fortes edificados em 1382 em Mina, Acara e Cormentin na costa do Oiro. Custa a conceber um documento publico apresentando mais vagas pertengões [pois quem será capaz de indicar a situação da grande ou pequena Dieppe, &c.] apoiadas sobre fundamentos mais fracos, e, fallando criticamente, que menor credito mereçam. O governo francez, sempre que queira, péde achar occasião e logar para estabelecer feitorias na costa de Guiné, sem recorrer ao artificio de desfigurar a historia, ou de adoptar fabulas inventadas para servir a fins ephemeros. — *Athenæum* N.º 836. Janeiro 1840.



DIONÆA MUSCIPULA.

A **DIONÆA**, conhecida tambem pelo nome de *ratocira das moscas*, é uma das mais singulares plantas herbaceas. A consideração dos nossos leitores, que já conhecem a irritabilidade da *sensitiva* [vid. a pag. 12 do 2.º vol.] offerecemos agora outro phenomeno vegetal, analogo áquelle a certos respeitos. — Quando alguns insectos intentam passear pelas folhas da *dionæa*, não o fazem impunemente, porque ellas se contraem e dobram pela sêvera do meio, apertando por tal fórma os dois lóbulos que os imprudentes são victimas da ousadia. Estas folhas nascem da raiz

espalhando-se a mui pouca altura do chão e á roda da base da hastea que no cimo dá as flores: são fibrosas, e na extremidade superior teem uma especie de lamina dividida em duas partes semicirculares, um pouco grossa e orlada de *cilias*, ou puas mui subtis, como pestanas dos olhos, e todavia bastante rijas: cada uma destas duas porções é alguma cousa concava pela banda de dentro, e tem tres pontos, como raizes de delicados cabellos, dispostos de tal modo que difficilmente passará um insecto sem tocar n'um dos tres; logo que acontece o con-

tacto os dois lados se reúnem e fecham com força superior ás tentativas que faz o animal para evadir-se: e os pêllos ou pestanas das suas orlas oppostas entrelaçam-se como os dedos de duas mãos cruzadas. A irritabilidade reside só naquelles pontos, porque póde tocar-se na folha em outra qualquer parte sem effeitos sensiveis. Os lóbulos não se desprendem sem que o insecto morra, ou por outra fórma deixe de mover-se; claramente porque cessando o movimento suspende-se a irritabilidade da planta. Algumas vezes acham-se as aranhas, moscas, e outros pequenos animaes mortos, embrulhados n'um fluido de consistencia mucilaginosa, que, consumindo-os mais ou menos, parece obrar como dissolvente. Esta circumstancia suggeriu a lembrança da possibillidade de servirem os insectos de nutrição á planta, por meio de vasos absorventes que as folhas tenham. Não está porem sufficientemente apurada a universalidade deste resultado, e é necessario fazer repetidas observações e experiencias para o avaliar e determinar. Não póde suppor-se que tal alimento seja indispensavel á existencia da planta; todavia se assim fosse nenhuma haveria com mais propria organização para esse fim. Mr. Bosc, naturalista francez, observou que a dionæa perdia esta propriedade no outono, isto é, quando fructifica completamente.

Esta notavel planta habita os logares humidos da Carolina [America do norte] no espaço d'algumas milhas quadradas nas visinhanças de Wilmington; não se tem descoberto n'outra parte, mas é provavel que se dê no sertão nas dilatadas veigas, a que chamam *savanas*: parece que ultimamente se descobriu n'alguns ramaes do Santee no sul de Carolina.

Em Wilmington abunda de fórma que no campo ninguem dá passada que não pise algumas dionæas. Para os jardins botanicos da Europa tem sido transplantados alguns pés desta notavel planta.

A nossa estampa mostra as folhas e seus appendiculos em diversas posturas, e um lacrau preso na extremidade de uma dellas.

MARINHA PORTUGUEZA NO REINADO DE D. JOÃO 3.^o

No REINADO de D. João 3.^o continuou com o mesmo esplendor e força a marinha portugueza. Não se empregaram tão grandes armamentos nas conquistas do Algarve d'alem mar, porque foram abandonadas algumas praças, mas nem por isso se deixou de mandar alli por vezes varias esquadras em soccorro daquellas que os mouros cercavam. O commercio e trato com os portos da Africa occidental e oriental teve mais largo desenvolvimento, e nelle eram empregadas bastantes embarcações assim de guerra como mercantes.

Principiou este monarcha a promover com actividade a colonisação do Brasil, a que até então se havia dado pouca attenção, porque as cousas do Oriente atrahiam todos os cuidados d'elrei D. Manuel; e a terra por Cabral denominada de *Santa Cruz* ou *Vera Cruz*, depois de reconhecida e demarcada, apenas era frequentada pelos contratadores do pau brasil, por cujo nome mais era conhecida, e que ficou conservando. Com a noticia das explorações de Gaboto e Diogo Garcia ao Rio da Prata determinou elrei D. João 3.^o tomar inteira posse do paiz, estabelecer colonias alli, e fazer respeitar naquelles mares a bandeira portugueza; mandou aprestar uma armada de cinco velas com 400 homens, e nomeou Martim Affonso de Sousa para seu general, a quem deu amplos poderes para commandar assim no mar como na terra. Partiu esta armada de Lisboa a 3

de Dezembro de 1530, e navegando com prospera viagem chegou a Pernambuco augmentada com tres naus francezas, que por ella foram tomadas na altura do Cabo de St.^o Agostinho. Com a divisão do Brasil em capitancias por donatarios que as povoassem, sahiram para alli varias expedições por conta desses donatarios, e algumas pela da fazenda real, com o fim de favorecer as dos particulares, e limpar a costa das piratarias dos inimigos, expulsando-os d'onde quer que elles intentassem tomar terra.

As maiores attensões e cuidados eram porem dirigidos para os negocios da India: todos os annos eram mandadas forças navaes para aquellas vastas regiões; dalli voltavam tambem todos os annos muitas dellas carregadas de diversos artigos importantes, que chegando a Lisboa eram distribuidos neste grande emporio por todos os estados da Europa. Não poucas dessas riquissimas carregações foram submergidas no Oceano, e outras dando á costa em terras de selvagens foram prezas da sua rapacidade. Desde 1522 até 1557 sahiram de Lisboa para o Oriente 228 naus e 20 caravelas, das quaes arribaram ao porto da sahida 12 naus, seguindo viagem as demais e todas as caravelas. Perderam-se na ida 23 naus, 6 dellas com toda a gente, e 3 caravelas, e na tor-na viagem 19 naus, incluindo 11 com as suas guarnições e cargas.

Nos mares da India ostentavamos por esses tempos forças navaes prodigiosas, que cada dia se faziam mais respeitaveis, e incutiam o terror nem só aos principes do paiz, mas ainda mesmo ao sultão do Egypto, o qual com poderosas armadas intentou por vezes expulsar-nos das possessões que com tanta galhardia haviamos adquirido, e sabiamos sustentar nesses felizes dias da nossa gloria. Alli se preparavam poderosas armadas com que os vice-reis e governadores sahiam ao mar. Com uma, forte de 50 velas, foi o governador D. Henrique de Menezes em 1525 destruir o logar de Panane pertencente a elrei de Calecut.

No porto de Diu appareceu o inclito Nuno da Cunha com uma armada de mais de 400 velas, assim do estado como de particulares, que foi a maior que appareceu nos mares da India até então, em que entravam 8 naus do reino, 14 galeões, 2 galeaças, 12 galés, 16 galeotas, 228 velas miudas de remo entre bergantins, fustas e catures, 25 juncos grandes de Malaca carregados de mantimentos e munições, e bem assim muitas naus, zambucos e cotias de vivandeiros que elevavam a armada áquelle consideravel numero. Logo em 1537 sahiu de Goa com outra armada, que só de embarcações do estado se compunha de perto de 300 velas entre naus, galeões, galeaças, galés reaes, galeotas, fustas e bergantins, alem de muitas naus e cotias de gente da terra com viveres, o que tudo representava uma povoação grande á vela. Com esta armada foi elle visitando a costa, e appareceu por ultimo em Diu. Em soccorro de Ormuz, sitiada pelos turcos em 1552, acudiu o vice-rei D. Antonio de Noronha capitaneando para mais de 80 navios, em que entravam mais de 30 grossos. Depois de ter o governador Francisco Barreto despachado em 1556 uma armada de 7 navios para o Malabar, de que foi por capitão-mor Miguel Carneiro; outra para as Maldivas de 5 navios e 1 galeota, capitão-mor Pero d'Attaide Inferno, se embarcou elle em Novembro, e deu á vela para o N. com uma de 150 navios, em que entravam 13 galés e 8 galeões, sendo os demais embarcações de remo. No anno antecedente, em noite de S. João, tinha a marinha soffrido em Goa uma perda bastante consideravel. Um foguete

pegou fogo n'um dos galeões que estava varado na ribeira, cuberto de palha, o qual logo se incendiou, e apesar dos esforços do governador Francisco Barreto e de muitos fidalgos que alli tinham invernado, communicou-se o incendio ás outras embarcações, e consumiu 6 galeões reaes, 4 caravelas, e 2 formosas galés.

Começaram por então os francezes e inglezes a inquietar as colonias e possessões ultramarinas dos portuguezes, e a atacar os seus navios no mar, como algumas vezes o tinham feito no reinado anterior de D. Manuel. Para repellir os seus insultos, e dar amparo ás embarcações que voltavam carregadas daquelles paizes, foi celebrada uma convenção em 1552 entre elrei D. João 3.^o e o imperador Carlos 5.^o, rei d'Hispanha, na qual se estipulou: — Que elrei de Portugal mandaria armar 20 navios latinos de 25 a 30 toneladas, que andassem á vista da terra sempre para guarda costa; tres dos quaes haviam de estar em Cascaes, quatro na Atougua, quatro em Caminha, quatro em Lagos, dois em Villa Nova de Portimão, e tres em Cezimbra ou Sines, por serem os logares que os inimigos costumavam frequentar, e que as embarcações portuguezas e hespanholas forçosamente vinham demandar. Que mandaria quatro naus ou galeões para correrem a costa de Portugal mais ao largo. Que alem destas esquadras ordenaria outra de quatro embarcações de remo, um navio grande e tres caravellas para a costa do Algarve. Que para as ilhas dos Açores mandaria no mez d'Abril ou Maio tres naus ou galés e sete caravelas. Que os navios que houvessem de navegar para Arguim, Cabo-Verde, Costa de Guiné, Malagueta, Mina, Ilha de S. Thomé e Brasil andassem pela maior parte armados, e sahisses em tres monções, uma em Janeiro, outra em Março na conserva das naus da India, e a ultima em Setembro.

Apesar das grandes despezas necessarias para o equipamento e manutenção de tantos e tamanhos armamentos concedeu elrei D. João 3.^o ao imperador Carlos 5.^o o auxilio, que lhe pediu para a expedição de Tunes, de 20 caravelas e alguns navios grandes, nomeando-lhe expressamente o galeão S. João ou *Botafogo*, o maior navio que então se conhecia na Europa, e que montava 366 peças d'artilleria de bronze. Não foram porem só o galeão e as caravelas pedidas, mas tambem duas grandes naus com alguns transportes de munições, todos guarnecidos de 2:400 soldados, afora varios fidalgos, que voluntarios quizeram acompanhar o general Antonio de Saldanha o *Velho*, que foi nomeado para commandar esta expedição, e sahiu de Lisboa nos principios d'Abril de 1535.

OS CIRCASSIANOS.

ESTE povo, subdito da Russia, tem no presente tempo dado bastante que fazer ao governo do Czar com a rebellião de que as gazetas nos informam. Abrigado nas fragosidades da vertente septentrional do Caucaso tem repellido e por vezes desbaratado as tropas russianas, fortes em numero e capitaneadas por generaes experientes. Aquellas asperas serras são a patria propria dos circassianos, ainda que hoje se estenda a denominação de Circassia ao vasto territorio comprehendido entre as praias do Mar-Negro e as visinhanças do grande lago ou Mar-Caspio. Todo este paiz consta de series montanhosas, que partem do declive septentrional do Caucaso e acabam nas margens do Terek e do Kooban, com os valles intermedios: estas ramificações collateraes são provi-

das de mattas na parte inferior, á excepção da mais alta, que é toda escalvada e fenece abruptamente no monte Bechtan, e abunda em fontes mineraes, quentes e frias, que são muito frequentadas, e conhecidas pela geral denominação de *banhos d'Alexandre*. Os valles são ferteis, e pelo commum de consideravel largura; mas as entradas são numerosas gargantas e desfiladeiros, que difficultam o passo ao inimigo invasor, e auxiliam os habitos predatorios, pelos quaes são conhecidos os moradores daquellas partes, que espoliam os viajantes e os seus visinhos das planicies; nem os russianos, não obstante estarem reconhecidos por senhores do paiz, podiam refrear as excursões hostis de taes salteadores, apesar de conservarem uma linha de fortificações nas margens dos rios acima ditos, guardada por 32:000 cossacos, para proteger as planicies adjacentes: é tambem pela mesma razão que a guerra actual da independencia das tribus circassianas tem sido renhida e prolongada a despeito do immenso poder militar do autocrata.

Perto da principal daquellas fortalezas ha o estabelecimento de Karas, de missionarios inglezes, fundado em 1803, e augmentado depois com uma colonia de individuos da seita chamada dos *irmãos Moravos*, que todos farão uma aldea de 200 visinhos, não só industriosos e activos em promover a cultura da terra e as artes fabris, como tambem os principios do christianismo a seu modo entre os circassianos e os tartaros; mas até ao presente quasi nenhuns progressos tem feito.

Na Circassia não ha cidades, porque os habitos do povo são oppostos á concentraçãõ de grande numero de casas ou de gente n'uma só paragem: vivem em pequenas aldeas amoviveis, ou para melhor dizer em aduares como os arabes, porque mudam frequentemente de sitio: são negligentes na cultura dos valles productivos que occupam; colhem milho e cevada, e n'algumas partes tambem algum trigo e arroz e muito poucas hortaliças. A creação de gados merece-lhes mais cuidado; e criam bons cavallos, bem feitos e vigorosos, no que tem certa basofia, guardando cuidadosamente a genealogia das melhores raças de poldros, que explicam aos estrangeiros com toda a gravidade, como usam os beduinos dos desertos africanos: estimam tambem muito as ovelhas, que são de boa casta e corpulentas: o gado vaccum é de pequeno tamanho; e como são mahometanos não criam porcos. A caça é só divertimento dos mais nobres, e o alimento mais geral de todos elles é leite e milho; deste fazem uma beberagem embriagante com que se regalam, chamada *kumiss*.

Incerto é o numero d'almas desta nação, que se reparte em onze tribus com principes hereditarios e nobreza tambem transmittida por nascimento: o seu governo é uma especie de systema feudal.

ANTIGAS MINAS EXPLORADAS EM PORTUGAL.

ACHAMOS tão curioso o seguinte excerpto da 5.^a parte da Monarchia Lusitana, que nos deliberámos a transcreve-lo, por isso que esta obra volumosa é pouco vulgar e pouco lida.

— «E pois aqui falámos a primeira vez nas minas deste reino, darei razão do que alguns reis e senhores fizeram em beneficio e descubrimento dellas, para se ver que de todas as sortes de mineraes abunda Portugal, e que não falta mais que a industria que vemos nos estrangeiros para escusar o que elles poderá ser recolham em sua terra com mais trabalho.

E deixando as minas ordinarias de ferro, aço, prata, ouro e estanho, até minas de pedra-ume ordenou elrei D. Diniz que se buscassem, dando ordem para isso no anno 1301 a Pero Martins, colação da rainha Santa Isabel, Estevam Domingues, Gonçalo Pires e outros. Devia mandar fazer a diligencia, por ter informações bastantes de haver veas della, que não duvido se achariam então, e agora nos faltam, como as mais dos outros metaes, que deixaram de beneficiar-se. . . .

« Com igual cuidado conservava elrei D. Diniz as minas antigas que havia no reino. No anno 1290 deu privilegio aos que tiravam ouro na Adiga, que é a mais antiga officina de que se tirava ouro neste reino, porque do tempo d'elrei D. Sancho 1.^o até o d'elrei D. Manuel se continuou com a utilidade que se deixa ver, pois se occupavam nella de continuo vinte homens, e mais que a tantos se concediam os privilegios pelos reis que foram succedendo, e andam quasi todos insertos no que lhes deu elrei D. Duarte: depois do qual lhes confirmou os mesmos D. Affonso 5.^o, e D. João o segundo, e ultimamente elrei D. Manuel. Damião de Goes diz que em seu tempo pararam em tirar o ouro na Adiga pela prohibição que houve de que se não cavassem e revolvessem as areas junto ao Tejo, com receio de que cegariam e areariam os campos de Riba-Tejo, aonde havia muitos, de que fazem menção os mesmos privilegios referidos; não corria perigo na Adiga, que está junto á foz do Tejo entre Almada e Cezimbra, aonde não ha campos que se damnificassem. Entendo que se lhe deu fim nesse tempo, em que tudo o do reino pareceu pouco a respeito das riquezas da Asia, Africa, e America, que nos vinham a casa depois das conquistas; e em particular com o ouro da Mina e de Arguim. Mas vendo hoje perdidas estas duas fortalezas, com tanta magoa de quem considerou seu desamparo, e não pôde declarar as causas delle, bem se poderão tornar a revolver as areas da Adiga, e continuar nas mais minas do reino, por mais que se queira difficultar a materia com o excesso das despezas dellas. . . .

« Do ouro da Adiga entendo eu que se fez o sceptro e corôa que os reis de Portugal costumavam trazer nos actos publicos, que André de Resende diz vira muitas vezes; e é crível, pois neste lugar se tirava maior copia, e era mais antiga officina, e tão principal, que aos mais que serviam nas outras de Riba-Tejo nomeavam os privilegios adiceiros por rasão destes. E não é de espantar que quando Vasco da Gama chegou á India, aonde os venezeanos quizeram diminuir nas posses deste reino, achacando-lhe ser terra pobre, a fim de nos impedir o commercio com aquelles povos do Oriente, mostrasse D. Vasco uma cruz que levava feita de ouro de Portugal; porque aonde se tirava tanto não era muito fundir-se uma só peça. Continuou o beneficio das minas no reino ainda depois da India descuberta, e elrei D. Manuel deu officio de feitor-mor do ouro, prata, estanho, e mais metaes dos reinos de Portugal e Algarve, no anno mil quinhentos e dezoito, a Ayres do Quintal, fidalgo de sua casa; em que entrava parte da Estremadura, que tinha desmembrado das feitorias de Gil Homem e Gonçalo Privado, os quaes tinham a seu cargo as minas do ouro e estanho da Beira, e para este effeito se deu particular regimento ao dito Ayres do Quintal. O mesmo rei D. Manuel mandou buscar minas de vermelho e azougue neste reino por um João Dalva Castelhana no anno mil quinhentos e dez. A Fernão Lopes da Insoa concedeu elrei D. João, o segundo, livres por cinco annos as minas de ouro do termo de Almen-

dra, e dez leguas ao redor, com tanto que delles ao diante pagasse os direitos costumados. Seu tio, o infante D. Fernando, lavrou mina de ferro no Teixoso, e os duques de Bragança nesta cidade; em Villa-Viçosa descobriram tambem mina de turquezas. Deixo já que em tempo dos reis antecedentes elrei D. Affonso 4.^o, por se livrar das despezas que fazia, largou todas as minas de prata, chumbo, cobre, estanho, pedra-ume, e azeviche, que parece reservou as outras a Affonso Peres, mercador natural do Porto, e a Bernal Fucara estrangeiro, para elles e successores, com obrigação de pagar a elrei a quinta parte. Finalmente todos os reis deste reino que tiveram cuidado d'applicar-se, recolheram conhecido proveito, que de tudo é fertil a nossa terra. E não podemos culpar os antigos de pouco industriosos; elles inventaram muitos engenhos de agua para papel, ferro e outros serviços necessarios, e cultivavam a terra com toda a diligencia, plantando e semeando fructos estrangeiros, como arroz e canaveaes de assucar, de que houve muitos, e de tudo isto tenho visto escripturas authenticas, que darei nos tempos adiante, contentando-me por agora com fazer assim esta resumpta, remettendo o que é mais vulgar aos que escreveram descripções deste reino. Só concluo dizendo que nos não faltam de presente nelle metaes de que valer-nos, e alem de outros vieiros mais modernos, bastava a mina de prata que se achou no anno de 1628 no lugar de Parame, distante tres leguas da cidade de Bragança, tão fina, que de oito arrobas de terra ficam na fundição seis de prata, e é tanta a quantidade della, que promettia o superintendente que alli assistiu, oito arrobas cada dia para elrei.» — Fr. Francisco Brandão. — *Quinta parte da Monarch. Lusit.* Lisboa 1650. Liv. XVI pag. 79 §.

A AVAREZA.

HA muitas anomalias (*) em a natureza humana, mas talvez nenhuma seja tão extravagante, absurda, e repleta de perplexidades e tormentos, nenhuma tão alheia do ente racional e tão exposta ao desprezo e escarneo dos homens, como a sordida avareza. O caracter do mesquinho avarento é universalmente detestado; é um labeu, alvo das zombarias de todos os seculos: comtudo isso sempre apparecem miseraveis, em quem mais força faz a sede insaciavel d'ouro do que o medo da ignominia, e que para o ajuntar não se receiam de praticar vilezas e fraudes, e alguns até de commetter actos sanguinarios e barbaridades. Mas que muito que aos outros flagelle quem a si proprio se atormenta! O avaro é como o Tantalos da fabula, contempla as saborosas iguarias e não se atreve a prova-las, está vendo manar a agua limpida e tem os labios enxutos e as fauces secas; com a unica differença que o infeliz, condemnado no averno dos pagãos, queria e não podia, e o misero avarento pôde e não ousa. Segundo um escriptor portuguez: — «o avaro tem a posse, mas não o gozo do seu thesouro, é peor que o cão de pomar, vigia e não come delle.» — Quem pertender ganhar o céu com penitencias ponha os olhos no avarento, e faça por mortificação e espirito do christianismo tudo o que faz aquelle por habito de sovinaria e por temor de encurtar o peculio; affiangamos-lhe que logrará seu intento.

Por general consenso do genero humano o dinheiro é o *representativo* da opulencia, ou o *meio de escambo*, com o qual se sati-fazem as necessidades ou

(*) *Anomalia* delinea-se: um desvio das regras ou leis estabelecidas, tanto naturaes como sociaes.

se obtem as commodidades da vida: por consequencia o homem que possui muito dinheiro póde alcançar muitos gozos e prazeres, e aproveitar-se dos assiduos serviços dos outros homens. Desejar, pelos meios licitos que as leis divinas e humanas permitem e protegem, adquirir os metaes preciosos para melhorar o nosso estado social, para augmentar as nossas propriedades, para dar que fazer a pobres ou favorecê-los, é muito louvavel e coherente com a razão e justiça: mas o avarento não obra assim, ajunta só pela ancia de amontoar ouro e prata, são coadados como por cadinho os reaes que lhe escapam das mãos; é uma especie de voragem infernal, onde o dinheiro se submerge; similhante maldito [se bem considerámos a cousa á luz da economia politica, mania deste nosso tempo] até é uma peste do Estado, porque tira do giro commercial o numerario, que absorve. Bemfeito era que podesse estabelecer-se uma lei, pela qual os avarentos, apenas descobertos, fossem condemnados a pagar um juro das quantias, que tivessem sumidas, proporcional a estas e ao tempo porque as privaram de circular no mercado. Deixemo-nos porem de sonhar *republicas de Platão*, porque emfim o castigo que propomos multiplicaria os suicidios.

A avareza é uma especie de demencia, que vai crescendo com a idade, quando menos desculpa tem este vicio, porque a proximidade do tumulto deve desapegar dos bens terrenos individuos dotados da faculdade de pensar. Não ha cousa tão ridicula e lastimosa como o ver um velho tremulo, cuberta de caás a cabeça, desamparado do mundo, e privado por vontade propria dos objectos mais necessarios não digo só para um decente passadio, mas até dos remedios para seus achaques, e das consolações d'uma familia que o bemdiga e lhe aligeire o peso da existencia: e tudo isto sendo esse miseravel possuidor de sufficiente riqueza, com que podia viver commoda e abastadamente sem defraudar o patrimonio de seus herdeiros, se é que os tem! Tedioso para seus vizinhos e conhecidos, porque é incapaz de ter amigos; detestado pela pobreza, que não favorece, emfim asco da sociedade em geral é o misero avarento: que condição tão desgraçada! Quanto não seria feliz se tivesse sabido guardar meio termo entre a mania abjecta de ajuntar, e sepultar dinheiro, e o desregramento da insensata prodigalidade, vicio igualmente culpavel e desastroso! *Martyr do diabo* chamou um discreto ao avaro, e com sobeja razão, porque só o anjo mau dará condigna paga a quem extenuando o proprio corpo com vigílias e privações, soffridas não por expiação de culpas, mas por zêlo de guardar um thesouro, nunca descerrou os ferrolhos do cofre para acudir ás viúvas, orphãos e infelizes desamparados. Finalmente a vida d'um avarento é um libello infamatorio contra a especie humana; mas felizmente o contrariam innumeraveis acções de caridade e amor do proximo praticadas por almas bemfazejas, que existem para gloria e proveito da humanidade.

A NOVA PONTE DE SACAVEM.

QUE os artifices portuguezes são no geral dotados de pasmosa aptidão para seus misteres, e desempenham com intelligencia e acerto as obras que lhes encarregam, quotidianamente estamos vendo na pratica dos officios fabris: mas não admira tanto a perfeição dos artefactos nestes como naquellas profissões que dependem dos auxilios que fornecem a mechanica, a metallurgia, em summa as applicações das sciencias naturaes e exactas; porque emfim desgraçadamente os poderosos recursos dos novos mecanismos e me-

thodos ainda escaceam bastante em o nosso reino. Porem o talento natural dos nossos compatricios luta com as difficuldades, e de tempos a tempos apresenta mostras da sua capacidade. Na ponte de Sacavem, que se está construindo, foi ha poucas semanas collocado um arco de ferro fundido, feito nas officinas do Arsenal do Exercito, e que é uma prova do nosso dito. Esta peça tem 37 palmos de comprimento com uma curva de 5 palmos d'altura no centro, tem quasi um palmo de largo e outro de grosso, com um chanfro de dois terços na grossura: peza 95 $\frac{1}{2}$ arrobas. Uma fundição destas dimensões e pezo não é muito commum, e é notavel entre nós, attentas as faltas que expozemos. Os meios que houve para se fazer foram duas fornaças, que existiam na Fundição de cima, quasi do tempo da obra da estatua equestre, de que neste mesmo n.º tratámos; nellas se pozeram a derreter 40 quintaes de ferro. Por causa da falta dos aparelhos que os progressos das sciencias teem ministrado ás outras nações, sahiu muito caro este arco; mas é de esperar que na continução de outros que se mandarão fundir se obtenha alguma economia.

Daremos um desenho desta ponte logo que esteja concluida, para o que falta pouco: as obras estão para cima da *imposta* (*), e faltam só as obras de ferro para se acabar de rematar. Compõe-se a ponte de 4 pégões; tem rodizio no centro para a passagem das embarcações; e parece-nos que ficará sendo obra perfeita e duradoura.

SABENDO elrei D. Sebastião [n'uma sua estada em Almeirim] que um homem matára um veado na coutada, sem dar logar á consideração, com aquelle fogo da mocidade, que o levou á perdição, mandou logo uma ordem a D. Martinho Pereira, Governador da Justiça, para que no dia seguinte mandasse executar a pena ultima no delinquente. Leu D. Martinho a ordem, e logo a lançou no fogo de um brazeiro a que se estava aquecendo, e pedindo-lhe o moço da camara portador a resposta, disse-lhe que referisse a elrei o que vira. Fe-lo assim o moço da camara; e elrei mandando immediatamente chamar o regedor, perguntou-lhe se queimára a dita ordem. — “Sim, senhor, [respondeu o recto fidalgo] e entendo que fiz um grande serviço a V. Alteza, porque não permitta Deus que se veja um papel em que V. Alteza mandou matar um homem por causa d'um bruto.” Cahi elrei na razão, e agradeceu a D. Martinho a zelosa e prudente resolução com que se houvera.

D. João de Menezes, cavalleiro mui discreto, que viveu em tempo de D. João 3.º, costumava dizer que quatro cousas cuidava o homem que tinha e não as tinha; e vinham a ser — muitos amigos — muito sizo — muita sciencia — e muita paciencia.

QUIZ Filippe 2.º d'Hespanha prover um bispado, e fez escolha d'um sabio mestre de grande reputação no reino. Determinando porem que o Secretario d'Estado passasse aviso ao eleito para a Universidade, onde este regia uma cadeira, soube que o mestre andava já na cõrte feito pretendente. Revogou logo o rei a nomeação, dizendo que julgava indigno de uma mitra o sujeito que largava as obrigações da sua cadeira para vir passear pelas salas do Paço.

(*) Chama-se assim a uma especie de cornija, sobre que assenta a pedra donde vai nascendo a volta do arco.